

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade:

Data: 20/08/2025

Local da realização da atividade:

Relator (es):

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

snpc@iphan.gov.br

Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada

Desafios	Oportunidades
Pouco conteúdo sobre os povos indígenas nas pautas do Iphan	Garantir a preservação dos lugares sagrados do Sagihengu e do Kamukuwaká. Tombamento e preservação dos lugares sagrados aos povos alto-xinguanos, que se encontram nos rios formadores do Xingu e que ficaram de fora do Parque Indígena do Xingu quando de sua delimitação, na década de 1960.
Erro de identificação dos objetos indígenas Awaeté nos museus (caso das exposições Verônica Tembé - Parque do Utinga; Casa das 11 janelas - Amazônia Presente; Museu de arte de Belém; Museu do Estado do Pará (MEP) “Bancos Indígenas do Brasil – Grafismos”; Museu Goeldi	Articulação com os pontos de cultura indígenas
Falta de escuta e acesso dos povos indígenas aos museus (caso do Museu Goeldi – Confiscaram o caderno de campo do indígena, de recente contato, que tentava acessar os objetos do seu povo, especificamente de sua mãe e avó)	Desburocratizar o acesso dos indígenas aos editais de fomento
Lugares sagrados povos alto-xinguanos ficaram de fora da delimitação na década de 60. São de fundamental importância histórica e cultural para o nosso povo. Correspondem ao Sagihengu, localizado no rio Culuene e onde foi realizado o primeiro ritual do Kuarup. E ao	Desburocratizar a abertura de processos de patrimonialização dos bens relacionados aos povos indígenas

	ciência
	Iphan atuar junto ao MinC no reconhecimento dos pontos de cultura indígenas
	Assentos no Conselho Consultivo do IPHAN para a FUNAI e para a APIB
Dificuldade de acesso devido à falta de habilidade com os meios digitais	Reconhecimento de terras indígenas como patrimônio pelo Iphan
Dificuldade dos povos indígenas do Nordeste para acessar as políticas públicas	Iphan deve entender o sítio natural das terras indígenas
Destrução de sítios arqueológicos em territórios indígenas	Mapeamento para organizar as terras indígenas em redes
Falta de cumprimento das políticas públicas voltadas aos povos indígenas	Reconhecimento como MATRIMÔNIO histórico
Perda a língua e patrimônio	Assegurar o propósito do viver, a memória ancestral
Em Pataxó Hähähäe foi identificado em 2011 um sítio arqueológico com urnas funerárias, isso foi crucial no processo de anulação dos títulos ilegais cedido a grileiros aqui no sul da Bahia (https://cimi.org.br/2011/03/31694/). Desde então essas urnas funerárias estão depositadas na Universidade Federal de Bahia, aguardando a construção de um museu na Comunidade indígena Pataxó Hähähäe, para que as mesmas retornem ao território de origem. Acredito que na possibilidade, o IPHAN poderia ajudar nessa pendência de encontrar financiadores capaz de promover a construção e manutenção desse patrimônio material.	Assegurar punição para pessoas/entes que destroem os sítios arqueológicos
	Políticas públicas que valorizem as crenças, as culturas vivas

Perda do modo de fazer das canoas	Registro do ritual Hetohoky (povo Karajá)
Crianças no “mundo virtual” e dificuldade de manter a cultura	Ponto de cultura do povo Iny
Pesquisas arqueológicas sem compromisso com a espiritualidade e sentidos do lugar	Sítios arqueológicos indígenas deveriam ser chamados de Taua (tawa? tava?)
Falta de visibilidade indígena na gestão dos sítios arqueológicos	Fortalecer/valorizar a história dos povos indígenas através das pesquisas arqueológicas
	Reconhecimento das falas (línguas) como patrimônio mundial
	Reconhecer a cultura em sua grandeza e amplitude
	Língua indígena como língua brasileira
	Promover mais reuniões/escutas
Uso de adereços indígenas de forma inadequada (apropriações desrespeitosas)	Garantir a presença de servidores indígenas no Iphan
Ampliar o número de línguas indígenas no INDL	
	Criação dos protocolos de escuta para cada comunidade
	O território indígena como patrimônio
	Reconhecer o território como espaço de memória
	Revisar a legislação de arqueologia – o acervo não retorna para os verdadeiros donos
Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade	
Desafios	Oportunidades
Não ser habilitado em editais por não ter patrimônio reconhecido pelo estado.	Promover editais indígenas com facilitação na inscrição (explanação oral,

	por ex.)
	Promover prêmios para os povos indígenas
Recursos para executar a diversidade de ações relacionadas ao patrimônio indígena (língua, repatriações...)	
	Cooperação para artesanato
Utilização dos povos indígenas para acessar recursos de editais	Melhorar editais e representatividade dos povos indígenas
Desconhecimento sobre os povos indígenas	Presença de pareceristas indígenas nos editais
	Buscar mercado para o artesanato
	Etnoturismo e Ecoturismo nas aldeias indígenas
	Iphan oferecer oficinas de projetos nas comunidades indígenas
	Intercâmbio entre aldeias para a preservação de práticas/saberes
Falta de sustentabilidade de equipamentos	
Burocracia do estado brasileiro ataca os direitos indígenas (por ex. Viajar com cocar)	Iphan lançar uma nota sobre apropriação cultural (uso da cultura indígena para fins comerciais indevidamente). Ex: ayahuasca, plumária, grafismos
	Atuação conjunta dos órgãos federais para desburocratizar as viagens de indígenas com seus objetos culturais (cocares etc.)
Estrangeirizados em seus territórios	Reconhecimento de territórios e línguas
Necessidade de ter que falar a língua do colonizador	Ampliar a participação indígena nas instâncias deliberativas
Apropriação da arte indígena por não indígenas	Garantir recursos em fundos específicos para aquilo que é considerado sagrado
Classificação preconceituosa da Arte Indígena como artesanato	Respeitar a maneira de ser dos povos indígenas

Escuta de todos e todas	Realizar matriz swot do patrimônio indígena
	Consultar os mais velhos, visitar as aldeias
	Consultar (respeitar) a Convenção 169
	Garantir a propriedade intelectual dos povos indígenas com participação do INPI
	Repensar a legislação do Iphan para assegurar a proteção do patrimônio indígena, com seu devido protagonismo

Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática

Desafios	Oportunidades
Apagamento político dos povos indígenas na luta pela justiça climática	Participação indígena em espaços decisórios
Reflexão sobre as causas das mudanças climáticas	Garantir o bem viver, espaços de deliberação
Indígenas em periferias das cidades por falta de demarcação	Respeito ao conhecimento das pessoas simples e comuns para reconhecer as mudanças da natureza
Falta de reconhecimento do tripé território - cultura - língua	
Geração de cuidadores de abelhas nativas	Preservar as abelhas nativas como forma de preservar a cultura e a natureza. Preservar a floresta e os rios com a ajuda dos polinizadores